ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

Linha Direta

#25 • Ano XXIX • Junho/2022

Conselho Executivo define ações para o segundo semestre

O Conselho Executivo da ANFIP se reuniu virtualmente, em 21 de junho, sob a coordenação do presidente Vilson Romero, deliberando sobre as atividades a serem desenvolvidas no segundo semestre do ano, com destaque para as ações do projeto Diálogos com os Presidenciáveis, do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras, do Congresso sobre Regimes Próprios de Previdência Social e Complementar, da V Convenção Nacional Extraordinária e do trabalho parlamentar, priorizando as PECs 63/13 (quinquênios) e 110/19 (Reforma Tributária), a MP 1119/22 (reabertura de opção pela Funpresp) e o PLP 17/22 (Código de Defesa do Contribuinte).

Além disso, foram abordados o apoio à Auditoria Cidadã da Dívida, a programação da TV ANFIP, bem como diversos assuntos da área Jurídica, do plano de saúde e dos Serviços Assistenciais.

Os conselheiros debateram, além do calendário de eventos, questões administrativas e relativas à movimentação do quadro social e à realocação orçamentária.

Revista ANFIP traz cobertura completa do XVII Encontro Nacional

Já está disponível a versão digital da revista Seguridade Social e Tributação nº 145, editada pela ANFIP. A publicação traz a cobertura completa do XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, promovido pela ANFIP, em parceria com a ANFIP-SC, que reuniu centenas de participantes de todas as regiões do Brasil, em Florianópolis (SC), e contou com palestras de autoridades, parlamentares e artistas de renome nacional.

Além disso, a revista destaca a difícil realidade da economia brasileira, impactada pela alta da inflação e baixo crescimento econômico. A edição também apresenta um panorama da insegurança alimentar que atinge milhões de brasileiros.

Veja ainda como fica a nova correlação de forças das bancadas do Congresso Nacional e a atuação conjunta das carreiras do funcionalismo, organizadas em diversas frentes de servidores públicos, a fim de conquistar direitos e benefícios para toda a sociedade.

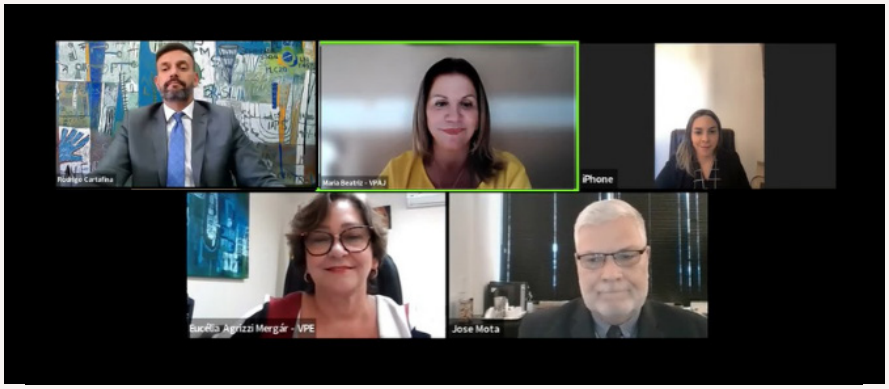
Baixe o PDF aqui.

Setor Jurídico e advogados esclarecem detalhes da ação dos 28,86%
PÁGINA 2

Entidades elaboram sugestões ao Código de Defesa do Contribuinte
PÁGINA 4

Garanta um futuro melhor para sua família com a Jusprev
PÁGINA 7

ANFIP Conectada esclarece acordo previsto para ação dos 28,86%



O ANFIP Conectada do dia 22 de junho apresentou todos os detalhes e atualizações da ação dos 28,86%, com os advogados Priscila Abritta e José Mota, do escritório Mota & Advogados Associados. A condução da live foi feita pela vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, com a participação da vice-presidente Executiva, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e do advogado do Setor Jurídico da ANFIP Rodrigo Cartafina.

Ao iniciar o evento, Maria Beatriz Branco anunciou que está sendo tratado um acordo na ação dos 28,86%. "Acredito que estejamos numa fase melhor que nos anos anteriores. Este acordo vai fazer com que os nossos associados, pelos quais tanto nos empenhamos, recebam no menor tempo possível os direitos que lhe pertencem", destacou.

Após apontar os desafios enfrentados na referida ação, a advogada Priscila Abritta explorou os detalhes envolvendo as tratativas de acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Segundo ela, esta é a possibilidade de concretizar a justiça e fazer com que os associados recebam valores realmente significativos, que façam valer a pena a aceitação da proposta. "Nós entramos em contato com a Procuradoria do INSS para permitir firmar um acordo em todas essas execuções. Já realizamos duas reuniões e conseguimos estabelecer alguns critérios, mas ainda existem questões que precisam ser definidas para que possamos, finalmente, entrar na fase de adesão", disse Priscila.

Até o momento, foram definidos três critérios do acordo:

• **Deságio**: percentual de 20%, que vai incidir sobre o valor total do crédito para as execuções cujos embargos ainda não transitaram em julgado; e percentual de 10% para as execuções que já transitaram em julgado, mas que ainda não tiveram a expedição do precatório;

• **Participação**: poderão participar, a princípio, as pessoas que estão na lista de substituídos, que foi juntada no processo de conhecimento, que deu origem a essas execuções;

• **Não participação**: ficam impedidas as pessoas que firmaram acordo com o INSS, sobretudo no início do processo; que solicitaram desistência ou possuem desistência homologada; que já foram excluídas da execução; ou que receberam em outros processos de mesmo objeto.

Vale lembrar que aqueles que ainda possuem outras ações com o mesmo objeto deverão solicitar a desistência junto aos advogados desses processos. Para essas pessoas, os precatórios serão expedidos com ordem de bloqueio, que só será retirada se o exequente afastar a litispendência e comprovar que não recebeu qualquer precatório a título de 28,86% em outra demanda, independentemente do valor recebido.

A princípio, o acordo vai abranger as execuções que ainda não transitaram em julgado e as que já transitaram, mas não tiveram precatório expedido com relação à parte controversa, que é justamente o valor maior da discussão. As pessoas que receberam precatório incontroverso, valor que foi reconhecido pelo INSS no início da execução, também poderão participar.

Previsões e procedimentos – De acordo com Priscila Abritta, as tratativas devem ser finalizadas até o final da próxima semana. Concluída a negociação, o procurador responsável pelo acordo vai elaborar um parecer técnico de vantajosidade, que terá que ser aprovado pelo Procurador-Geral. Em seguida, o INSS poderá, enfim, iniciar a elaboração dos cálculos para todos os incluídos na lista. Após divulgados os cálculos, a ANFIP comunicará oficialmente as especificidades do acordo aos beneficiários.

Abritta prevê que em dois meses já seja possível iniciar a fase de adesão e lembrou que os associados que não quiserem ou não puderem participar do acordo não serão prejudicados, já que as tramitações das demais execuções continuarão normalmente.

A advogada também compartilhou

Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#ANFIPNACIONAL

www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial

suas impressões com relação à atuação da ANFIP ao longo do processo: "É uma Entidade que está sempre se esforçando ao máximo para estar perto dos associados e dar o apoio que merecem e precisam".

José Mota informou que há previsão de processamento para expedição dos respectivos precatórios ainda dentro do ano legal, para que o pagamento se inicie no ano de 2024. Segundo ele, após homologação do acordo, será possível requerer ao juízo para que o próprio escritório faça, em conjunto com o apoio técnico, a expedição dos ofícios requisitórios dos pagamentos através plataforma do Sistema de Requisição de Pagamento Ágil (Sirea), criada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região para agilizar os procedimentos.

O advogado lembrou ainda que o processo é um dos mais antigos relativo a direitos dos servidores públicos, que tramita na justiça federal. "É um processo que vai fazer 30 anos em 2023 e, por isso mesmo, precisamos colocar um encaminhamento que leve à finalização. Não se pode atribuir culpa aos advogados, nem às diversas direções que a ANFIP já teve ao longo dos anos, porque é uma questão que já não depende de nós".

Tramitação – Sobre as justificativas da demora na tramitação das execuções, Priscila Abritta afirmou que as ações dos 28,86% se diferenciam de outras ações envolvendo o servidor público, porque, ao contrário da maioria, em que são analisadas cerca de três matérias de defesa, nestas são discutidas de dez a quinze em um mesmo processo. "Nós discutimos jurisprudência, juros de mora, índice de atualização monetária, abatimento de valores pagos administrativamente e outras, que contribuem para que a ação se torne densa, complexa e de difícil andamento. Há muito tempo tentamos dar maior celeridade a estas execuções e ultrapassar ao máximo as dificuldades que o poder Judiciário nos impõe, mas, com a complexidade da matéria, as ações dos 28,86% são reconhecidamente, hoje, uma das mais demoradas no Judiciário. É importante salientar que a demora não é uma particularidade das ações da ANFIP", explicou.

No tocante ao histórico da ação, no caso da ANFIP, havia uma execução coletiva, em 2007, que foi desmembrada em 240 execuções, dando origem a uma diversidade de processos com diferentes tramitações. "Temos processos que já transitaram em julgado e que, inclusive, conseguimos a expedição de precatório no ano passado; processos que transitaram em julgado, mas ainda não tiveram a expedição de precatório, porque se encontram em fase final de liquidação e a contadoria ainda tem que elaborar os cálculos de acordo com os critérios que foram definidos nos embargos; e temos também, por último, um grupo de execuções, que é bastante significativo, que ainda não transitou em julgado, com as mais variadas tramitações", exemplificou.

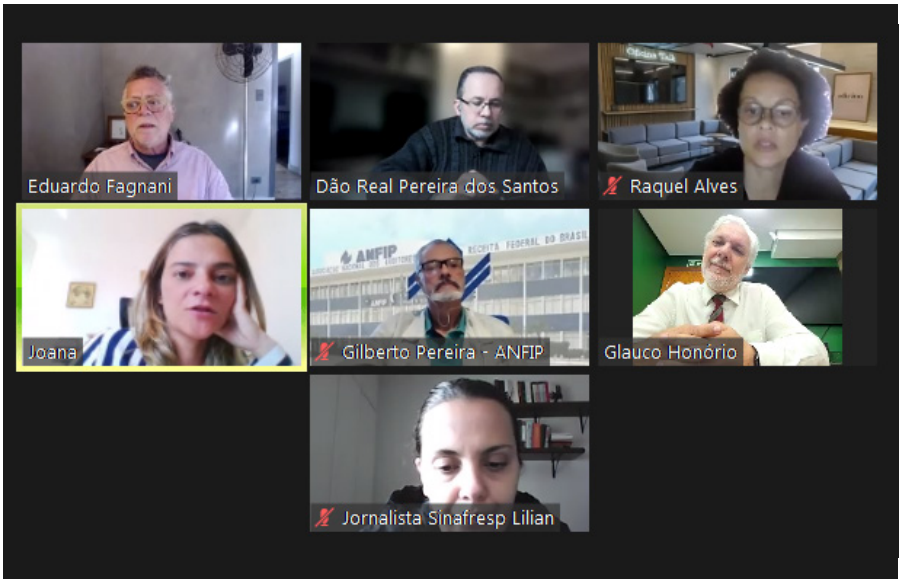
A vice-presidente Executiva, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, fez um alerta para que os associados, herdeiros e demais interessados no andamento de ações fiquem atentos às lives, correspondências enviadas pelo setor Jurídico e matérias publicadas no site da ANFIP, para se manterem atualizados. "O trabalho é constante no Jurídico nessa busca de proteção e manutenção dos direitos dos associados. Outras lives do setor virão, nós estamos com uma programação muito boa prevista para a TV ANFIP, no canal do Youtube", informou. Eucélia Mergár também frisou que a Entidade está à disposição, como sempre esteve em seus 72 anos de existência, para fornecer o suporte necessário aos associados.

Assista a live completa aqui.

Entidades preparam 1º debate do projeto Diálogos com os Presidenciáveis

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, e representantes da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital) e do Sindifisco Nacional (Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil) realizaram reunião, no dia 21 de junho, com o economista e coordenador técnico do projeto Diálogos com os Presidenciáveis, professor Eduardo Fagnani, para alinhar os preparativos do primeiro debate do projeto.

Nesta edição, participará o professor de Economia da Unicamp e assessor econômico do Partido dos Trabalhadores (PT), Guilherme Mello. O evento será realizado no dia 27 de junho, das 14 às 16 horas, no Bubu Café Restaurante, no Museu do Futebol – Pacaembu, São Paulo. Será transmitido ao vivo pelo YouTube das entidades organizadoras



A série de eventos tem como objetivo apresentar sugestões de propostas para o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro, visando promover mudanças necessárias para o desenvolvimento do Brasil. O projeto será apresentado aos principais candidatos à Presidência da República e suas equipes econômicas.

Todas as informações sobre os debates e as datas dos próximos encontros serão divulgadas pela ANFIP.

Pacto de Brasília elabora sugestões ao PL do "Código de Defesa do Sonegador"

O vice-presidente de Assuntos Fiscais, Crésio Pereira de Freitas, participou de reunião, no dia 21 de junho, com as demais entidades representativas do fisco estadual, municipal e distrital (Pacto de Brasília) para avaliar as próximas ações contra o Projeto de Lei de Complementar (PLP) 17/2022, apelidado de Código de Defesa do Sonegador, que limita a atuação do fisco e os poderes fiscalizatórios das administrações tributárias, além de dificultar a caracterização do sonegador.

Na reunião, os dirigentes destacaram os pontos mais nefastos do PLP e decidiram elaborar, de forma conjunta, sugestões de alterações do texto e, ainda, produzir parecer jurídico sobre o assunto.

Para dar ampla divulgação às mudanças propostas no PLP 17/2022, alertar os parlamentares e mobilizar a sociedade, serão desenvolvidas diversas peças de comunicação e marketing, como página na internet exclusivamente sobre o assunto, divulgação nas principais redes sociais, atividades nos estados e no Distrito Federal e participação em audiências e debates públicos.

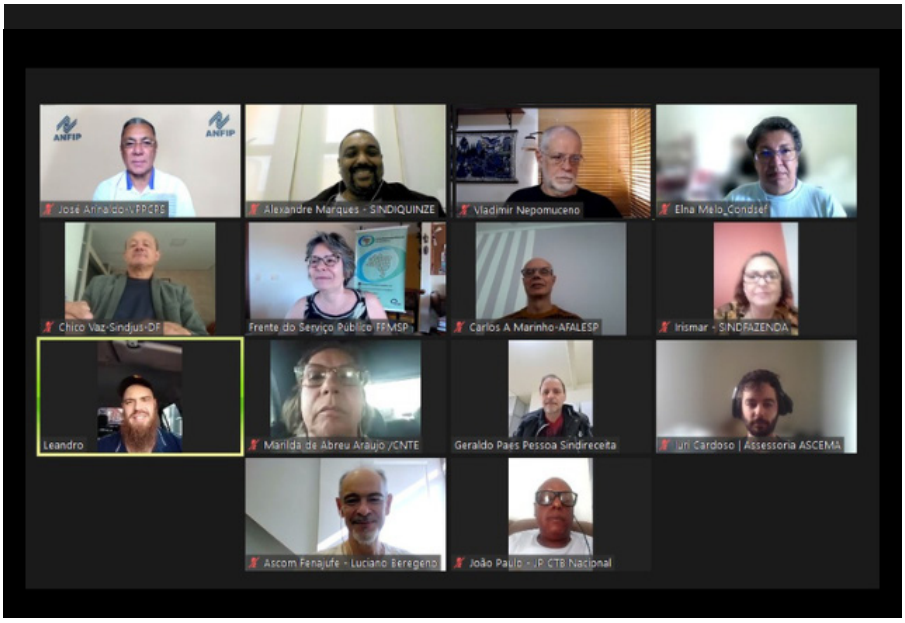
Sobre o projeto - O PLP 17/2022, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi apresentado por um conjunto de parlamentares, tendo como primeiro signatário o deputado Felipe Rigoni (União/ES). No dia 24 de maio foram aprovados requerimentos de urgência e de realização de audiência pública para debater a matéria. Foi designado relator do projeto o deputado Pedro Paulo (PSD/RJ).

O PLP estabelece "normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária". No entanto, na prática, vai conceder ao sonegador a proteção necessária para o cometimento de abusos contra o Estado, incentivando a corrupção e a inadimplência, permitindo, inclusive, a intimidação de agentes fiscais.

Frente do Serviço Público avalia conjuntura política

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público estiveram reunidas, no dia 20 de junho, a fim de avaliar a conjuntura política e discutir estratégias em defesa do serviço público. Pela ANFIP, participou o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro.

O consultor parlamentar da Frente, Vladimir Nepomuceno, frisou a importância de intensificar a articulação com parlamentares para garantir a destinação de recursos para a concessão de reajustes e reestruturação de carreiras. "É bom ficarmos de olho porque ela vem no sentido do funil, a cada ano diminui o orçamento, pois eles [parlamentares] querem zerar o teto de gastos". O relatório preliminar do projeto foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, segundo o consultor, a votação do documento definitivo deve acontecer a partir do dia 4 de julho.



Ao abordar as eleições de 2022, Nepomuceno alertou que as entidades precisam ter claro qual é o papel do movimento sindical e associativo neste processo. Os dirigentes afirmaram que é necessário unir esforços para mudar o perfil do Congresso Nacional, aumentando o número de representantes do serviço público.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal encontra 268 kg de cocaína no Porto de Suape

A Receita Federal encontrou, no dia 15 de junho, 268 kg de cocaína escondidos em uma carga de piso cerâmico, no Porto de Suape, em Recife. De acordo com a Inspetoria local, a droga seria exportada para a África, escondida em contêineres de navios internacionais.

Após os alvos serem selecionados para inspeção, o escâner apontou irregularidades em uma das cargas e, ao serem vistoriadas pela fiscalização, com apoio do cão farejador, a droga foi encontrada.

Os testes confirmaram a substância ilícita, que foi encaminhada à Polícia Federal. As investigações realizadas pela RFB apontam para uma prática delituosa conhecida como rip-on/rip-off, em que a droga é inserida em uma carga lícita e regular sem o conhecimento dos exportadores/importadores.

Dessa forma, não há indícios de que a empresa fabricante de revestimentos cerâmicos e porcelanatos tenha relação com o delito em questão. A apreensão é fruto do trabalho integrado da inteligência do órgão e da Inspetoria do Porto de Suape.

Fonte: Receita Federal

Ações integradas da RFB e da PF apreendem mais de 1 tonelada de cocaína no Porto de Santos

A Receita Federal e a Polícia Federal realizaram, no dia 15 de junho, no Porto de Santos, ação de combate ao tráfico internacional de drogas, que culminou na apreensão de 497 kg de cocaína. A droga foi localizada em uma carga de biscoitos que tinha como destino o porto de Roterdã, na Holanda.

A seleção da carga para inspeção física foi resultado da atividade de gestão de riscos desenvolvida pela Receita Federal nas operações de comércio exterior. Essa atividade envolve o uso de informações prestadas por importadores, exportadores, transportadores, operadores portuários e outros agentes envolvidos nas operações, além da análise de imagens escaneadas dos contêineres.

Após cuidadosa inspeção nas 2,7 toneladas de sacos de biscoitos de polvilho, acondicionados em caixas de papelão, e sinalização positiva do cão de faro, a Receita Federal encontrou os primeiros tabletes de cocaína em substituição à carga regular.

Localizada a droga, a Polícia Federal foi acionada para realizar o trabalho de perícia no local e participar, de forma integrada, do restante da operação.

A droga apreendida ficará sob guarda da Polícia Federal, que prosseguirá com as investigações a partir de informações da Receita Federal. A troca de informações entre as instituições é essencial para a abertura de um novo inquérito policial ou para trazer novos elementos aos que estão em curso.

Mais de uma tonelada em menos de 24h - Em 14 de junho, uma outra ação integrada da Receita Federal e da Polícia Federal foi concluída com a apreensão de 518 kg de cocaína. A droga estava em meio a uma carga de carne desossada de equinos e tinha como destino o porto de Antuérpia, na Bélgica.

Somando as duas apreensões, o total interceptado foi de 1.015 kg de cocaína.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAL

Informativo especial da ANFIP-SC destaca XVII Encontro Nacional

Edição especial do informativo da ANFIP-SC reúne os principais destaques do XVII Encontro Nacional, realizado de 5 a 7 de maio, em Florianópolis.

O material registra a palestra magna do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, as explicações do secretário Julio Cesar Vieira Gomes sobre a função social da Receita Federal do Brasil e o painel que reuniu o senador Esperidião Amin, o deputado federal Darci de Matos e o ex-deputado Décio Lima. Confira ainda como foi a abertura do evento e as participações especiais das atrizes Denise Fraga e Bruna Lombardi.

Acesse aqui o informativo.

Confira a nova edição do Jornal da ANFIP-MG

A edição de junho do Jornal da ANFIP-MG traz o projeto de reforma da sede, que será realizada para modernizar o ambiente e proporcionar maior conforto aos seus frequentadores. O jornal aborda ainda a retomada dos eventos presenciais com um primoroso almoço em homenagem ao Dia das Mães e os detalhes do X Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas, que acontece entre os dias 28 e 31 de agosto. Acesse o jornal aqui.

Confira ainda quem faz aniversário nos meses de junho a dezembro de 2022 no encarte especial produzido pela Associação aqui.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Comunicado da Viva Pecúlio aos participantes do plano

A festa é de São João, mas os descontos são seus; Acesse e confira!

Em clima de Festa Junina, o Clube de Vantagens da ANFIP chega com um imperdível arraiá de ofertas, com descontos de até 40% nas maiores redes de varejo do Brasil.

Algumas das lojas parceiras, são Extra, Magazine Luiza, Ponto Frio, Polishop, Casas Bahia e muito mais! Confira as condições no anfip.temvantagens.com.br e aproveite os benefícios exclusivos.

Garanta um futuro melhor para sua família com a Jusprev

Está na hora de garantir um futuro com proteção e segurança financeira para você e sua família. A Jusprev, previdência complementar instituída pela ANFIP, está oferecendo condições especiais para novas adesões ao plano exclusivo de benefícios previdenciários, o PlanJus. Com ele, você conta com quatro modalidades de renda mensais: Programada, Educacional, por Morte e por Invalidez.

E o melhor: a solicitação pode ser feita de forma 100% digital! Acesse a plataforma exclusiva (aqui) e faça uma simulação. Se tiver dúvidas, você ainda tem uma consultora especializada. Ligue (61) 99655-8978 ou envie e-mail para zuleideconsultoria@jusprev.org.br.

A adesão também pode ser feita por cônjuge, familiares e dependentes financeiros indicados pelos associados.

Não perca tempo! Faça uma simulação agora mesmo!

Acesse o formulário pelo link pesquisa.anfip.org.br.

Clique aqui e confira o regulamento e o espaço para inscrição.

FALE COM A ANFIP

GERAL
(61) 3251-8100
(61) 98366-5999 (WhatsApp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES
3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO
(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL
(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO
3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA
E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA
(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300